

Pode-se dizer que esta será, de fato, a primeira vez em que a Educação vai ser discutida por quem de verdadeiro interesse. Afinal, o que se está agilizando para a realização do Congresso Capixaba tem sido feito de maneira a delegar às pessoas diretamente envolvidas pela Educação o questionamento do que o Poder Público pode e deve fazer neste sentido. Não tem sido uma idéia, em outras palavras, articulada de cima para baixo, e é por ser este o rumo que se acredita que o I Congresso Capixaba de Educação, que começa no dia 18, venha a estabelecer um marco no Estado. Pelo menos, parte-se de caminhos diferentes e daqueles conhecidos e mastigados, indigestos, ao longo dos anos, e que por toda vida pecaram por incluir a comunidade a que se destina um plano educacional em um segmento inexpressivo de poder de acesso aos meios educacionais, propriamente ditos.



Enfim, discute-se a escola fora das teorias e projetos empoados

Chico Neto

Desta vez, não será um congresso que contará com a participação dos muitos que, noutras oportunidades, entram mudos e saem calados. Pelo menos a partir de sua reformulação, o I Congresso Capixaba de Educação, que a Sedu promove do dia 18 próximo, em diante, nada tem que leve a discussões sem frutos, exposições cansativas de extensos projetos que se dizem dirigidos a uma comunidade (sem que esta possa entender, sequer, meio parágrafo deles) ou, mesmo, a satisfação pessoal de uma ou outra entidade. Não se trata, enfim de mais um conglomerado de educadores para inglês ver.

Quem garante a validade deste encontro é a educadora Vera Intra, ex-secretária da Educação de Cachoeiro da Itapemirim (quando da gestão de Gilson Carone), e já tendo sido indicada para assumir a Secretaria de Estado da Educação. Hoje ela é assessora de Wilson Haese, o titular daquela pasta. Há 25 anos no magistério, função que exerce originalmente por ideal,

de cada estabelecimento de ensino. As quais, por sua vez, levarão à discussão os problemas objetivos de cada comunidade a que servem. "Eu sei que no início vai dar muito é gente dizendo que a escola está quebrada, que a alimentação não dá, quando a gente sabe que não é exatamente isto que se busca saber" diz Vera Intra — "Mas acontece que o caminho melhor para sabermos o que as pessoas precisam é apurando isto delas".

Para tanto, este congresso, pode-se dizer, não será deflagrado com absolutamente nada pronto, do tipo que exige apenas aquecimento prévio para uso imediato. Com base em dados que, apesar de datarem do censo de 1980, dão uma noção de que o número de crianças que conseguem obter rendimento escolar é mínimo (e, portanto, nada inexpressivo!), uma equipe inteira da Sedu elaborou não o que se poderia chamar de uma "agenda": mas, muito pelo contrário, uma pauta flexível onde, quem sabe, as deliberações mais importantes virão de fora para dentro. Esta talvez seja a tônica do Congresso cuja novidade apresenta-se no

participar sem a cabeça", afirma ela, o mesmo estando devidamente colocado no documento. "Participar, porém, como pessoa, é participar fundamentalmente, com a cabeça". Para que haja esta participação segunda (na verdade, a primordial), eles acentuam ser necessário um mínimo de informação sobre a situação educacional no Espírito Santo, e, assim sendo, é também preciso todo esse embasamento para que se proceda à confecção de um verdadeiro Plano Estadual de Educação.

— Houve um avanço, eu vejo — diz a educadora —: após seis meses de governo, já foram dados os primeiros passos para a participação popular, e, principalmente, a participação das comunidades nas decisões. Fazemos mesmo um apelo às Igrejas, sejam elas de que tendência forem, e às instituições todas ligadas à Educação — como associações de bairro, comunidades de base. Onde há organização, estamos pedindo sugestões. Isto porque não se pode administrar Educação dentro de gabinetes.

to onde estão relacionadas as diretrizes e prioridades da Educação no Estado", diz o documento. Um plano neste nível obedece, é verdade, às prioridades que já foram estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura, esfera esta de âmbito maior cujas bases, aí já não se pode afirmar com certeza plena se são estabelecidas em apurações junto à comunidade. "E preciso lembrar que não se pode querer educar um menino da Praia do Canto nos mesmos moldes em que se pretende educar o do Morro do Romão, e vice-versa", frisa Vera: "As realidades são, evidentemente, bastante diversas".

Vera acha que escola e comunidade são elementos que devem atuar juntos, no sentido de terem, para seu conjunto, o mesmo raio de influência. Portanto, pensa também sobre a questão do ensino e se questiona em um ponto: até onde o mestre — a pessoa que ensina, que passa conhecimentos — tem tudo para ser especificamente aquele que é "formado" nesta ou naquela especialidade? Para ela, não são de se dispensar os aprendizados adquiridos com

volvidos no cosmo do aluno, significa que tem havido uma tentativa de re-unir cabeças. E é desta aproximação que, de acordo com o pensamento de Vera, poder-se-á discernir a quem cabe verdadeiramente o papel de acompanhar o aprendizado. O que, quando pouco, representa pelo menos inicialmente uma mudança em relação ao tempo longo em que as resoluções e projetos de ensino vinham sendo feitas de cima para baixo. E como lembrou, recentemente, o escritor Márcio de Souza, em palestra no Colégio do Carmo: trata-se de uma estúpida "ingenuidade querer ter o gosto do povo".

— É a primeira vez no Estado em que um plano se baseia em uma experiência destas — fala, entusiasmada, a assessora técnica do secretário da Educação —. Esta é a primeira experiência a nível de secretaria de Estado em que se reúnem escolas, comunidades e instituições ligadas à Educação para discutir, detectar os problemas e apontar soluções. Para a gente, é esta a base do Plano Estadual de Educação. É a primeira vez em que a

assessora de Wilson Haese, o titular daquela pasta. Há 25 anos no magistério, função que exerce originalmente por ideal, ela diz já estar cansada de ter passado por anos e anos de demagogia de planos elaborados, aos montes, que na verdade pouca ou nenhuma validade prática tiveram junto ao universo a que, originalmente, se destinavam.

— Acabou o tempo em que as prioridades estavam nos gabinetes — diz ela. — Elas estão é com as comunidades. Educação não é problema de escola: para mim, mais do que nunca, é um problema de segurança nacional. Temos de garantir este futuro. Temos de enfrentar esse desastre que está aí instalado na educação, para que possamos, então, buscar as soluções para esta crise.

Em termos, o discurso poderia ser semelhante ao daqueles que, durante muitas décadas, cansaram os ouvidos até das elites com longos e pomposos projetos concebidos, literalmente, de cima para baixo. Só que aí existe uma diferença, que nesse caso não pode ser, sequer, situada dentro do contexto partidário: as pessoas estão sendo chamadas para falar de suas necessidades. Também pode parecer simples e benevolente, tanto quanto abrir as portas de um ministério para toda a população carente da Grande Vitória. Mas a idéia vai além desses hermetismos. E isto, Vera explica por quê:

— Este congresso será dividido em três etapas, todas elas estabelecidas de forma a que cada núcleo educacional se responsabilize pela apuração em um subnúcleo, e este, por sua vez, com as escolas. Na semana que antecede ao congresso, estaremos desenvolvendo junto aos alunos um trabalho no sentido de sondar, junto a eles, suas expectativas e aspirações no atendimento que o poder público deve oferecer à clientela. Cada núcleo vai treinar seu pessoal. A primeira fase, então, será a nível de escola-comunidade. A segunda etapa seria com representantes de cada escola e sua respectiva comunidade, de cada Município. A terceira etapa, é aquela em que entra a participação das escolas de nível superior, onde se formam professores: faculdades de Cachoeiro, de Colatina, de Alegre, e da Ufes.

Não há pressa, portanto, em se chegar a um desfecho feliz ou soldado a chave de ouro neste encontro. Ao contrário, o que ficou estabelecido — e tão somente — é que todas as atividades porventura já programadas poderão ser ampliadas e/ou reformuladas de acordo com as equipes

mais importantes virão de fora para dentro. Esta talvez seja a tônica do Congresso, cuja novidade apresenta-se no mesmo plano de outra inovação: as eleições diretas nas escolas.

O princípio é basicamente o mesmo:

“Mais do que nunca, educação é problema de segurança nacional”



Vera Intra: “Aposentar, agora que estou ficando boa?”

delegar à comunidade, não em seu sentido abstrato (o que, por incrível que pareça, os porta-estandartes das teorias ocultas conseguem imprimir aos grupos sociais), mas em sua manifestação primeira e real, um direito que jamais deveria ter deixado de ser seu. Trata-se unicamente de tentar elaborar uma política de ação baseada não na prepotência de querer saber o que é melhor para um povo — mas de tentar apanhar, junto aos muitos segmentos de uma sociedade, o que realmente pode ser feito em função desta.

“Participar significa pensar sobre o problema, dar sugestões e poder influir na tomada de decisões para a sua solução” — diz um trecho do documento norteador das ações a serem desenvolvidas durante o encontro. Mais adiante, lembra-se que participar também significa criar — “para que não sejamos um povo que apenas consume o que algumas poucas pessoas criam; mas para que sejamos um povo que acredita ser capaz de criar respostas para seus problemas”. Vera ressalta que a participação que se objetiva, reunindo alunos, escolas, comunidade e, enfim, todos os segmentos que formam o todo, não pode ser entendida como uma participação de mão-de-obra:

“Participar com mão-de-obra é par-

... não se conhece a causa de um problema, tratá-lo eliminando o efeito será sempre falho. É mais ou menos o que diz a introdução de um dos documentos elaborados pela equipe: “Assim como um médico não pode medicar sem antes fazer um diagnóstico da doença, ao enfrentarmos um problema ou uma situação-problema, é preciso que conheçamos o mesmo, que o descrevamos, que procuremos suas causas, a fim de que possamos determinar o que fazer”.

Para conseguir realizar esse apanhado de sugestões a que se propõe, a Sedu baseia-se em princípio, que, por analogia, pode ser associado ao da homeopatia: se

não se conhece a causa de um problema, tratá-lo eliminando o efeito será sempre falho. É mais ou menos o que diz a introdução de um dos documentos elaborados pela equipe: “Assim como um médico não pode medicar sem antes fazer um diagnóstico da doença, ao enfrentarmos um problema ou uma situação-problema, é preciso que conheçamos o mesmo, que o descrevamos, que procuremos suas causas, a fim de que possamos determinar o que fazer”.

Sem demagogia, a Secretaria de Educação está propondo uma forma de participação de todos em seu Plano Estadual de Educação. Não foi usado, é verdade, desta vez, muito empenho técnico no sentido de esboçar planos a serem desenvolvidos. Se assim tivesse sido, certamente já estaria pronto, disponível e muito bem elaborado, um projeto que, não desconsiderando de forma alguma a competência dos técnicos, correria o risco de não ter aplicação prática alguma. Afinal, lá se vão muitos anos em que a distância entre o que se cria no papel e aquilo que funciona separa as teorias das tendências populares.

Quanto ao Plano Estadual de Educação propriamente dito, pode ser entendido, basicamente, como “um instrumen-

especialidade? Para ela, não são de se dispensar os aprendizados adquiridos com pessoas sejam quem forem, que pertençam, no entanto, à comunidade onde está inserido o aprendiz. Noutras palavras, a educadora vê plena viabilidade em confiar

Joaquim Nunes

“Participar com mão-de-obra é participar sem a cabeça”

o ensino de uma classe a uma pessoa que, não necessariamente “formada para ser professora”, abranja por sua atuação o diâmetro todo da comunidade. Mais ou menos nestes termos tem sido a tese de mestrado que ela vem desenvolvendo.

Os problemas principais da educação, então, necessariamente dizem respeito a cada individualidade do segmento em que se acham inseridos. Assim, sendo, a idéia da Secretaria, com este encontro, gira em torno de tentar aproximar “professores”, diretores, especialistas em educação, pais, alunos, associações de bairros, comunidades, segmentos políticos e profissionais, instituições e demais pessoas interessadas na solução dos problemas educacionais do nosso Estado”. Para tanto, têm-se feito necessárias as etapas em que o I Congresso Capixaba de Educação vai se constituir. Segundo Vera Intra, a intenção é fazer com que, desta reunião que obviamente tem de seguir etapas para chegar a um consenso, se possa “identificar estes problemas principais” e discutir, enfim, as alternativas.

Se é somente um projeto, não parece. Afinal, saber por exemplo, que nas 89 escolas de Conceição da Barra, entre estas as de âmbito estadual e as de municipal, estão sendo entrevistados pais, alunos e en-

te, é esta a base do Plano Estadual de Educação. É a primeira vez em que a comunidade está sendo chamada para opinar.

A educadora não vê, nisso, algo tão linear quanto um “gesto de abertura” do novo sistema implantado a partir da deflagração de um novo governo, no sentido de angariar a este méritos de herói. Ela sabe, como professora que já viveu 25 anos de magistério e lecionou em paiol, andou “em lombo de burro” e tudo, que o direito à participação nas elaborações de estratégias é inerente aos grupos comunitários. Exercitá-los até tanto, porém, não vinha sendo exatamente o que se poderia apontar como uma meta prioritária das políticas de até então.

O dado não é atual e pode ser habilmente adaptado à correção monetária: no Espírito Santo, segundo apurou-se no censo de 1980, das 154 mil 171 crianças de 4 a 6 anos, 109 mil 013 estavam fora da escola, o que significa que apenas 30 por cento estudavam; das 397 mil 804 crianças de 7 a 14 anos, 85 por cento estavam dentro da escola e apenas, aparentemente para compensar, 15 por cento estavam fora; dos 200 mil, 749 jovens de 15 a 18 anos, porém, a proporção não deixou muitas dúvidas: exatamente na proporção inversa da faixa de 7 a 14 anos, esta apresentou um índice de 15 por cento matriculados e 85 por cento fora da escola. O censo do mesmo ano dava a média do Brasil de cada 100 crianças que entram na primeira série, apenas 9 terminam o Segundo Grau. É baixo demais, vamos convir, para um país que já chegou a pregar tempos de milagre. O êxodo escolar, seja por quais motivos ocorrer, incide predominantemente sobre a área rural, que, coincidentemente, é aquela cujos segmentos receberam durante anos o incentivo de plantar, que o Governo garantia.

Algo mais do que planos e metas prioritárias deflagradas através de decretos-leis precisa atuar no movimento em prol da educação neste país. Como vai proceder cada região ou cada Estado frente a este desafio que hoje já se torna gritante para qualquer sociedade, só num futuro se poderá avaliar. O que se sabe, da terra, é que tem existido as tentativas de discutir e avaliar a situação precária do ensino através de um debate amplo, fora dos gabinetes. Para tanto, se depender do pique em que se engajou Vera Intra, a iniciativa promete vingar. Ela não pensa em se aposentar — “(...) logo agora, que estou ficando boa?” —, e atira-se com toda a garra em uma tese de vida. Sua aspiração: “Tenho uma fome de ver esta educação virada!”